



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7177

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

Autoria: Athos Mameluque Mota

Data: 04/07/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (RETIRADO). Dispõe sobre a utilização de cartelas individuais de consumo para bares e restaurantes do município de Montes Claros e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 27.5

Posição: 10

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Pendentes
Cl.: 27.5
Ordem: 10
Nº fls.: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

AUTOR:

Vereador – Athos Mameluque Mota.

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Utilização de Cartelas Individuais de Consumo para os Bares e Restaurantes do Município de Montes Claros e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em – 04/07/2006
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 - A PROVA DO EM 1.ª EM 22.08.2006
- 4 - RETIRADA DE TRAMITAÇÃO EM
- 5 - 29.08.2006
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

As Comissões
04/10/2006
[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR ATHOS MAMELUQUE

PROJETO DE LEI Nº ____/2006.

Dispõe sobre a utilização de cartelas individuais de consumo para os bares e restaurantes do Município de Montes Claros e dá outras providências.

O Povo do Município de Montes Claros por seus representantes na Câmara Municipal aprova e eu Prefeito sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - São regidos por esta lei os bares e restaurantes instalados no âmbito do Município de Montes Claros - MG.

Artigo 2º - Os estabelecimentos de que trata esta lei ficam obrigados a utilizarem uma cartela individual de consumo.

§ 1º - O responsável pelo estabelecimento deverá fornecer a cada cliente no ato de sua entrada no bar ou restaurante uma cartela para que o mesmo possa fazer uso e controle do seu consumo.

§ 2º - Os funcionários dos estabelecimentos citados deverão registrar na cartela o produto servido a cada cliente.

Artigo 3º - Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão:

I - expor na cartela, de maneira visível a lista de todos os serviços e produtos oferecidos pelo estabelecimento.

Artigo 4º - A inobservância do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - multa, conforme valores e critérios a serem definidos em regulamento;

II - em caso de reincidência, cumulativamente com a multa, suspensão das atividades.

§ 1º - Na reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 2º - Os valores a serem previstos no inciso I serão atualizados anualmente, pelos índices oficiais.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, especialmente quanto à atribuição para fiscalizar seu cumprimento e impor as penalidades a que se refere o artigo 4º, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.


Artigo 6º - Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 04 de julho de 2006.


Vereador **ATHOS MAMELUQUE**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 04 DE MAIO DE 2006

PRESIDENTE

É legal e constitucional.
Cearnsfont - 07.08.06


CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 22 DE AGOSTO DE 2006
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 QUE “Dispõe sobre a Utilização de Cartelas Individuais de Consumo para os Bares e Restaurantes do Município de Montes Claros e dá Outras Providências.”, de autoria do Vereador Athos Mameluke Mota.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, sendo o caso presente.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 27 de julho de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605